

# AGENTES INDÍGENAS DE SAÚDE E SANEAMENTO: FORTALECENDO A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E PROMOVEDO O BEM-ESTAR NAS COMUNIDADES INDÍGENAS

INDIGENOUS HEALTH AND SANITATION AGENTS: STRENGTHENING PRIMARY HEALTH CARE AND PROMOTING WELL-BEING IN INDIGENOUS COMMUNITIES

Ewângela Aparecida Pereira<sup>1</sup>, Gislaine Ferreira Maggioni Moraes<sup>2</sup>, Landisneide Luiza da Silva<sup>3</sup>, Newton Gonçalves de Figueiredo<sup>4</sup>

## RESUMO

**Introdução:** Os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e os Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN) são trabalhadores que desempenham um papel importante na atenção primária à saúde nas comunidades indígenas, atuando na promoção da saúde, prevenção de doenças e cuidados básicos, por meio de ações de saneamento básico e educação em saúde. **Objetivo:** Relatar a primeira qualificação profissional para AIS e AISAN realizada pela Escola Técnica do SUS (ETSUS) “Professora Ena de Araújo Galvão” de Mato Grosso do Sul. **Apresentação da experiência:** Este relato de experiência apresenta o Programa de Qualificação dos AIS/AISAN, financiado pelo Ministério da Saúde, com execução pela ETSUS/MS e parceiros no período de 2019-2022. **Discussão:** A ETSUS/MS realizou a qualificação de AIS e AISAN, totalizando 215 agentes indígenas. A qualificação adotou metodologias ativas de aprendizagem, tais como trabalhos em grupos, dramatizações e outros. Durante as atividades de campo, os alunos produziram vídeos, cartazes, histórias em quadrinhos, folders e outros, realizaram palestras e orientações educativas em escolas, nas unidades de saúde e durante as visitas domiciliares. **Considerações finais:** Espera-se que haja cada vez mais processos de qualificação para os trabalhadores indígenas, pois essas são iniciativas que contribuem para a melhoria da saúde indígena no estado, principalmente com a possível aprovação do Projeto de Lei 3.514/19, que regulamenta a profissão dos AIS e AISAN.

**Palavras-chave:** Qualificação. Agentes Indígenas de Saúde. Saúde indígena. Atenção Primária à Saúde.

## ABSTRACT

**Introduction:** Indigenous Health Agents (AIS) and Indigenous Sanitation Agents (AISAN) are workers who play an important role in primary health care in indigenous communities, working in health promotion, disease prevention and basic care, through basic sanitation actions and health education. **Objective:** To report the first professional for AIS and AISAN carried out by the SUS Technical School (ETSUS) “Professora Ena de Araújo Galvão” in Mato Grosso do Sul. **Experience description:** This experience report presents the AIS/AISAN Qualification Program, financed by the Ministry of Health, implemented by ETSUS/MS and partners in the period 2019-2022. **Discussion:** ETSUS/MS carried out the qualification of AIS and AISAN, totaling 215 indigenous agents. The qualification adopted active learning methodologies, such as: work in groups, dramatizations and others. During the field activities, the students produced videos, posters, comics, folders and others, held lectures and provided educational guidance in schools, health units and during home visits. **Final considerations:** It is expected that there will be more and more qualification processes for indigenous workers, since they are initiatives that contribute to the improvement of indigenous health in the state, mainly with the possible approval of Bill 3.514/19, which regulates the profession of AIS and AISAN.

**Keywords:** Qualification. Indigenous Health Agents. Indigenous health. Primary Health Care.

<sup>1</sup> Gerente de Assessoramento Pedagógico da Escola Técnica do SUS “Professora Ena de Araújo Galvão” da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, Brasil. ORCID: 0000-0001-7906-7715. E-mail: ewangelap18@gmail.com

<sup>2</sup> Secretária Escolar da Escola Técnica do SUS “Professora Ena de Araújo Galvão” da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, Brasil. ORCID: 0000-0002-0951-584X. E-mail: gimaggioni@gmail.com

<sup>3</sup> Coordenadora de Curso da Escola Técnica do SUS “Professora Ena de Araújo Galvão” da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, Brasil. ORCID: 0009-0003-8987-6833. E-mail: landissilva@gmail.com

<sup>4</sup> Diretor da Escola Técnica do SUS “Professora Ena de Araújo Galvão” da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, Brasil. ORCID: 0009-0009-9886-9583. E-mail: newton.figueiredo@saude.ms.gov.br



## INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil é reconhecido internacionalmente como um modelo de política de saúde que visa promover o acesso universal, integral e equitativo aos serviços de saúde (Duarte; Eble; Garcia, 2018). Um dos pilares fundamentais do SUS é a Atenção Primária à Saúde (APS), que consiste no primeiro nível de atendimento e é responsável pela promoção da saúde, prevenção de doenças, tratamento de enfermidades comuns e acompanhamento integral das pessoas (Nakata *et al.*, 2020).

No contexto das comunidades indígenas, a atenção primária à saúde desempenha um papel crucial, visto que essas populações enfrentam desafios e necessidades específicas de saúde. Nesse sentido, os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e os Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN) assumem uma importância significativa. Esses profissionais são membros das próprias comunidades indígenas ou possuem uma profunda conexão com elas, o que facilita a comunicação, o entendimento das realidades culturais e a adaptação das práticas de saúde (Diehl; Langdon; Dias-Scopel, 2012; Morel *et al.*, 2013).

Os Agentes Indígenas de Saúde e Saneamento atuam como mediadores entre as comunidades indígenas e os serviços de saúde, promovendo ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, cuidados básicos e saneamento adequado. Sua atuação é de extrema relevância, pois eles compreendem a complexidade das questões culturais, socioeconômicas e ambientais enfrentadas pelas comunidades indígenas (Langdon *et al.*, 2006).

Além disso, a formação desses agentes é de grande importância para a própria comunidade indígena. Ao capacitá-los, proporciona-se o fortalecimento da autonomia, participação e empoderamento dessas comunidades na gestão da própria saúde (Monteiro *et al.*, 2020). A presença de agentes indígenas capacitados contribui para o desenvolvimento de práticas de saúde culturalmente adequadas, que valorizam os conhecimentos tradicionais e respeitam as especificidades das populações indígenas (Diehl; Pellegrini, 2014).

Nesse contexto, o presente trabalho apresenta o relato de experiência da qualificação de Agentes Indígenas de Saúde e Saneamento nas comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul. Pretendemos documentar os processos de capacitação, as atividades desenvolvidas pelos agentes e possíveis repercussões observadas nessas comunidades. É fundamental relatar essa experiência, pois ela contribuirá para a disseminação de boas práticas e evidenciará a importância da formação de agentes indígenas como estratégia efetiva de fortalecimento da atenção primária à saúde e promoção do bem-estar nas comunidades indígenas.

## APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A Escola Técnica do SUS (ETSUS) “Professora Ena de Araújo Galvão”, mantida pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, foi criada como Centro Formador de Recursos Humanos para a Saúde (CEFOR/MS) pelo Decreto Estadual nº 3.646 de 21 de julho de 1986 e transformada pelo Decreto Estadual nº. 12.127 de 20 de julho de 2006, tem como principal missão formar e capacitar os trabalhadores de nível médio do SUS e outras clientelas para o exercício profissional, mediante cursos de formação inicial e continuada, formação profissional técnica de nível médio e educação permanente, consubstanciados pelos princípios e diretrizes do SUS.

Este artigo se constitui em um relato de experiência sobre a primeira qualificação em serviço, voltada para trabalhadores indígenas executado pela ETSUS e que busca sobretudo registrar e divulgar esse processo educativo em Mato Grosso do Sul. Trata-se do programa de qualificação profissional de Agente Indígena de Saúde (AIS) e Agente Indígena de Saneamento (AISAN) executado pela ETSUS no período de 2019 a 2022, em parceria com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e o Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul (DSEI-MS).

Segundo dados do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, a terceira região com concentração de indígenas é a região Centro –Oeste, sendo que Mato Grosso do Sul concentra 56% da população da região (Mato Grosso do Sul, 2023).

Em Mato Grosso do Sul, segundo a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS) a população indígena soma 80.459 habitantes, presentes em 29 municípios e está representada por 8 (oito) etnias: Guarani, Kaiowá, Terena, Kadwéu, Kinikinaw, Atikun, Ofaié e Guató (Mato Grosso do Sul, 2023).

O DSEI/MS, no âmbito de suas atribuições, presta assistência a cerca de 81.960 indígenas, distribuídos em aproximadamente 18 mil famílias, dos grupos étnicos Atikum, Guató, Guarani, Kaiowá, Ofaié, Terena, Kadiwéu, Kinikinaw, residentes em 78 aldeias e 30 acampamentos, localizados em 30 municípios do estado de Mato Grosso do Sul, numa extensão territorial de aproximadamente 590 mil hectares (Mato Grosso do Sul, 2019).

Os antecedentes desse programa tiveram início com a 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (5ª CNSI), realizada em Brasília/DF, no período de 2 a 6 de dezembro de 2013, que ficou marcada pela ampla participação dos povos indígenas das várias regiões do país.

Esta 5ª Conferência já entra para a história por ter tido uma ampla participação das comunidades indígenas nos debates. Foram realizadas 306 Conferências Locais, 34 Conferências Distritais, com a participação de indígenas e não indígenas, abrangendo 305 etnias que estão distribuídas em todo o território brasileiro (Brasil, 2015, p. 19).

No Subeixo Avanços e Desafios na Área de Recursos Humanos para a Saúde Indígena: formação, educação permanente, capacitação e práticas de saúde e medicinas tradicionais e na Diretriz: Estruturar a

política de desenvolvimento de pessoas inserindo-as nos processos de formação, capacitação, educação permanente e continuada para assegurar a qualidade da atenção à saúde dos povos indígenas, respeitando suas necessidades à luz das atuações em contexto intercultural, foi proposta a ação de

Propiciar escolarização, assim como curso técnico com certificação para os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN) em atuação, bem como para novos profissionais, por meio de convênios/parcerias com Escolas Técnicas do SUS e outras instituições formadoras e certificadoras (Brasil, 2015, p. 50).

Atendendo a essa reivindicação, que consta da conferência referida, foi possível o financiamento do Programa de Qualificação dos Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e dos Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN), que teve início em 2018, nos sete Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) localizados no Estado do Amazonas. Esse programa financiado pelo Ministério da Saúde, envolveu o Departamento de Gestão da Educação na Saúde (CGATES), por meio da Coordenação Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde (CGATES), em conjunto com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e a Fundação Oswaldo Cruz de Mato Grosso do Sul (FIOCRUZ-MS).

O segundo estado a realizar o citado programa de qualificação foi Mato Grosso do Sul, cujos projetos, de ambos os cursos de qualificação profissional, tanto para os AIS quanto para os AISAN, estabeleceram uma carga horária de 500 horas.

O Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES), por meio da Coordenação-Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde, em conjunto com a SESAI, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz – Mato Grosso do Sul (FIOCRUZ-MS), e contando com a colaboração de diferentes profissionais em momentos distintos (entre eles: especialistas da área de saúde indígena, professores de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde - ETSUS, inclusive a ETSUS “Professora Ena de Araújo Galvão” de Mato Grosso do Sul participou dessa elaboração, Trabalhadores da Saúde Indígena e Gestor do Conselho Distrital de Saúde Indígena - CONDISI), construiu as diretrizes e orientações para a qualificação dos AIS e AISAN.

Esse referencial contemplou o mapa de competências e o marco de orientação curricular, fundamentados nos seguintes eixos estruturantes: o processo de trabalho do AIS e sua articulação ensino-serviço e comunidade, os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e os princípios da atenção diferenciada à saúde dos povos indígenas na perspectiva da interculturalidade.

Uma das primeiras ações da ETSUS “Professora Ena de Araújo Galvão”, fundamentada nessas diretrizes, foi a elaboração de dois projetos para os cursos de qualificação profissional de AIS e AISAN, que contou com a participação de profissionais do DSEI/MS, da Universidade da Grande Dourados (UFGD), da FioCruz-MS e de outros especialistas convidados.

A etapa seguinte foi o planejamento e organização de todas as etapas necessárias para a execução dos cursos no estado, realizadas em conjunto com as instituições parceiras (ETSUS, UFGD e DSEI/MS).

Conforme esse planejamento inicial, a qualificação dos AIS e AISAN de Mato Grosso do Sul tinha a previsão de término para dezembro de 2020. Porém, com a pandemia da COVID-19 que afetou o mundo inteiro, essa execução foi suspensa e adiada diversas vezes.

Vale ressaltar que muitas ações foram importantes para o desenvolvimento desse processo de qualificação, como a elaboração e publicação do edital para docentes, especialistas e coordenadores realizado pela UFGD por meio de sua Fundação de apoio, ensino, pesquisa e extensão (FUNAEPE).

Outra ação a ser destacada foi a disponibilização de material didático aos alunos-trabalhadores dos cursos. Embora a Fiocruz-MS tenha elaborado esse material, composto por 16 cadernos temáticos ilustrados, eles estavam apenas em formato digitalizado, necessitando ser impressos. Dessa forma, foi necessária a contratação de serviços gráficos e a compra de materiais pedagógicos diversos para utilização em sala de aula, como cadernos, lápis, caneta, borracha, lápis de cor, canetinhas, cartolinas, folha de isopor e outros. Também foram ofertados camisetas e kit com os materiais para todos os alunos.

O DSEI-MS, por outro lado, ficou com a responsabilidade da logística de transporte e alimentação de todos os alunos-trabalhadores, planejando em conjunto com as demais instituições envolvidas o local das turmas, a distribuição dos alunos-trabalhadores nos locais mais próximos de sua residência, bem como a organização do tempo viável para o intervalo entre os momentos de concentração (nos quais ocorriam as aulas teóricas em salas de aula) e os momentos de dispersão (nos quais ocorriam as atividades de campo a serem realizadas nas aldeias, durante o próprio horário de trabalho).

A ETSUS também elaborou um caderno de apoio para utilização pelos docentes em sala de aula. Esse material continha atividades a serem desenvolvidas em sala de aula e na dispersão. Muitas atividades planejadas para a sala de aula (momento de concentração) já haviam sido elaboradas pela Fiocruz-MS, mas, várias outras foram necessárias para adequação à realidade e à cultura dos povos indígenas do estado. As atividades de campo também foram elaboradas pela ETSUS com a colaboração de professores, coordenadores e especialistas envolvidos no projeto de qualificação.

Seguindo as diretrizes curriculares para essa qualificação, adotaram-se metodologias ativas de aprendizagem, como trabalhos em grupos, dramatizações, apresentação de vídeos, visitas técnicas, elaboração de desenhos e outros. Foi utilizado ainda um “diário de bordo” para cada turma. Sorteavam-se alguns alunos para que relatassem nesse diário o que consideraram importante no próprio aprendizado deles ao longo das aulas. Inclusive, ressalta-se que a aplicação dessas metodologias foi fundamental para a motivação e perseverança desses alunos trabalhadores durante o desenvolvimento da qualificação, pois ela se apresentou como estratégia pedagógica adequada ao perfil dos indígenas dessas comunidades.

Durante as atividades de campo, realizadas nos momentos de dispersão, os alunos produziram vídeos, materiais didáticos (como cartazes, histórias em quadrinhos, folders e outros), realizaram palestras e orientações educativas em escolas, nas unidades de saúde e durante as visitas domiciliares. Um fato

relevante foi a familiaridade que alguns trabalhadores indígenas apresentaram com a utilização de novas tecnologias, especialmente com o uso de aparelhos celulares e especificamente com a elaboração de vídeos.

Antes do início do Módulo I do curso, em que as duas categorias de trabalhadores dividiram as mesmas turmas, a ETSUS realizou capacitação pedagógica com todos os docentes selecionados que tiveram que elaborar, ao final desse processo, seus respectivos planos de aula.

Da mesma forma, antes do início do Módulo II também foi necessária a realização de novo edital para contratação de docentes, uma vez que muitos dos que deram aula no Módulo I não puderam continuar no projeto. Também foi realizada nova capacitação pedagógica para os antigos e novos docentes antes do desenvolvimento do citado módulo.

As mesmas providências e encaminhamentos realizados no Módulo II para sua execução também foram realizados antes do início do Módulo III, sobretudo novo edital para docentes, assim como capacitação pedagógica e elaboração de material de apoio.

Devido à pandemia da COVID-19, conforme explicitado anteriormente, as primeiras turmas do Módulo III do curso de qualificação de Agentes Indígenas de Saúde (AIS), ainda da primeira etapa, só ocorreram no período de 04/10 a 15/10/2021. Com a deflagração de novo surto da COVID-19, em algumas aldeias, outra suspensão ocorreu, o que fez com que as últimas turmas, compostas por AISAN, somente fossem realizadas no período de 17/10 a 21/10 e 24/10 a 28/10/2022, ou seja, dois anos após a previsão inicial, que seria em 2020.

Além desse grande problema vivenciado pela pandemia da COVID-19, houve muitos outros ao longo do desenvolvimento dessa execução como: complicações com a logística dos alunos (transporte, hospedagem e alimentação), docentes sem disponibilidade para permanecer em aldeias por duas semanas seguidas e dificuldades de integração entre os profissionais da equipe de saúde indígena (EMSI) com os docentes e alunos, para a realização das atividades de campo propostas pelo curso. Essa última dificuldade talvez tenha ocorrido, sobretudo, pelo grande lapso de tempo entre a Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada em 2013, na qual originou-se a solicitação dessa qualificação pelos povos indígenas, e a oferta do curso que só foi disponibilizada em 2019. Esse fato contribuiu para que muitos profissionais de nível superior não se sentissem protagonistas dessa proposta educativa, embora alguns desses profissionais tenham participado tanto da construção das diretrizes curriculares nacional e do projeto do curso, esse último, elaborado pela ETSUS, para essa qualificação.

Assim, apesar das adversidades encontradas, a qualificação dos AIS e AISAN em Mato Grosso do Sul foi realizada, sendo importante destacar algumas informações referentes a esse processo educativo. Uma delas é que todos os polos bases indígenas do estado foram envolvidos: Amambai, Antônio João, Aquidauana, Brasilândia, Bodoquena, Bonito, Caarapó, Corumbá, Dourados, Iguatemi, Miranda, Paranhos, Sidrolândia e Tacuru. As aulas ocorreram em locais diversificados, como: aldeias, salas de universidades, escolas estaduais, igrejas, centros de referência da Assistência Social e mesmo em salas dos próprios polos bases. Evidenciamos

ainda as diferentes formações dos docentes que participaram desse projeto como: enfermeiros, biólogos, engenheiros ambientais, psicólogos e historiador. Seguem algumas informações quantitativas referentes a essa qualificação:

**Tabela 1** - Quantitativo de atores e polos bases indígenas envolvidos no Programa de Qualificação Profissional de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes de Saneamento Indígena de Saneamento de Mato Grosso do Sul.

Atores envolvidos	Quantitativo
Docentes	22
AIS que concluíram o curso	154
AISAN que concluíram o curso	61
Trabalhadores indígenas (AIS e AISAN) que concluíram o curso	215
Polos bases indígenas	14

Fonte: Elaborada pelos autores (2023)

## DISCUSSÃO

Com a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, aprovada pela Portaria do Ministério da Saúde nº 254, de 31 de janeiro de 2002, as equipes de saúde dos DSEI passaram a ter em sua composição, os AIS e os AISAN. Isso gerou uma necessidade de o Ministério da Saúde investir na qualificação destes agentes, uma vez que, por muito tempo, esse processo ocorreu de forma descontinuada em grande parte dos DSEI (Brasil, 2002).

Em 2018, nos 34 DSEI havia um total de 7.051 AIS e AISAN atuando em todo país, sendo 4.656 AIS e 2.395 AISAN. Desse total 2.495 (35,4%) já haviam passado pelo Programa de Qualificação de AIS e AISAN sendo 1.260 AIS e 248 AISAN capacitados pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e 388 AIS e 234 AISAN pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

No estado de Mato Grosso do Sul, a Escola Técnica do SUS (ETSUS) “Professora Ena de Araújo Galvão”, em parceria com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), iniciava em maio de 2019 a qualificação de 235 AIS e 130 AISAN.

Ainda em 2019, estavam previstas três fases do programa para serem executadas no Maranhão (180 AIS e 176 AISAN), Litoral Sul (149 AIS e 98 AISAN) e no Tocantins (64 AIS e 103 AISAN (Brasil, 2018).

Além desses estados, Mato Grosso, por meio do DSEI Cuiabá (MT) que também participa do programa de qualificação profissional de AIS e AISAN, por meio da Coordenação Local da Fundação São Vicente de Paulo de Paraopeba (MG) e que atua no citado DSEI, em junho de 2021, viabilizou a entrega dos Kits com equipamentos, uniformes e material de capacitação disponibilizado pela Secretaria Especial de



Saúde Indígena (SESAI) aos Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes Indígena de Saneamento (AISAN). A distribuição ocorreu na Aldeia Masepô, localizada a 25 km da aldeia central da região de Umutina (Fundação São Vicente de Paulo, 2021).

Vale destacar que, além dessa qualificação dos AIS e AISAN, em abril de 2020 completaram-se cinco anos da conclusão de uma experiência pioneira, na qual a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), em parceria com a Fiocruz Amazônia, a secretaria municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira (AM) e a secretaria estadual de Educação do Amazonas, realizaram a formação de 139 técnicos em agente indígena de saúde. Esse curso técnico foi uma demanda apresentada pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) ao Conselho Distrital de Saúde Indígena e teve entre muitos desafios enfrentados, a elevação da escolaridade dos estudantes indígenas ao ensino médio (Antunes, 2022).

Dessa forma, embora tenham ocorrido avanços em relação ao desenvolvimento de processos de qualificação para essas duas categorias de trabalhadores indígenas, ainda há muitos obstáculos a serem superados, como processos de ordem política, administrativa e de gestão ainda morosos e complexos que limitam o impacto dessas ações educativas na vida pessoal e profissional desses agentes de saúde e de suas comunidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de possuir uma população indígena expressiva, no âmbito da formação em saúde, sobretudo para trabalhadores de nível médio que atuam no SUS, em especial os AIS e os AISAN, ainda há poucas instituições de ensino com projetos de qualificação e formação voltadas para esse público no estado de Mato Grosso do Sul.

A qualificação desses profissionais é de suma importância para a Atenção à Saúde Indígena e supera a necessidade de conhecimentos centrados numa visão biomédica, mas que também valorizem as competências políticas, antropológicas, epidemiológicas e de educação e promoção da saúde em contextos interculturais.

Além disso, atualmente com o Projeto de Lei 3514/19 (Brasil, 2019), que está em vias de ser aprovado na Câmara dos Deputados, os AIS e AISAN terão profissões regulamentadas no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) e a necessidade de qualificação aumentará ainda mais, tendo em vista que para continuarem atuando terão que estar devidamente capacitados.

Espera-se que haja cada vez mais processos de qualificação voltados para os AIS e os AISAN, pois são iniciativas que contribuem, acima de tudo, para a melhoria dos indicadores da saúde indígena, da assistência, promoção e prevenção à saúde, e da qualidade de vida dos povos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul.



## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, A. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). **Trabalho e Formação na Saúde Indígena**. 01 jul. 2022. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/trabalho-e-formacao-na-saude-indigena>. Acesso em: 05 mai.2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2. ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2002. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_saude\\_indigena.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf). Acesso em: 5 maio 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena**: relatório final. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Educação permanente qualifica ações de saúde aos indígenas. **Canal Saúde**, Rio de Janeiro, 11 dez. 2018. Disponível em: <https://www.canalsaude.fiocruz.br/noticias/noticiaAberta/educacao-permanente-qualifica-acoes-de-saude-aos-indigenas-2018-12-11> Acesso em: 05 maio 2023.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3514/19**. Regulamenta a profissão de Agente Indígena de Saúde (AIS) e Agente Indígena de Saneamento (AISAN), no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 13 jun. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2207982> Acesso em: 08 maio, 2023.
- DIEHL, E. E.; LANGDON, E. J.; DIAS-SCOPEL, R. P. Contribuição dos agentes indígenas de saúde na atenção diferenciada à saúde dos povos indígenas brasileiros. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 5, p. 819–831, 2012.
- DIEHL, E. E.; PELLEGRINI, M. A. Saúde e povos indígenas no Brasil: o desafio da formação e educação permanente de trabalhadores para atuação em contextos interculturais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 4, p. 867–874, abr. 2014.
- DUARTE, E.; EBLE, L. J.; GARCIA, L. P. 30 anos do Sistema Único de Saúde. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, DF, v. 27, n. 1, p. e00100018, 2018.
- FUNDAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO. **DSEI Cuiabá realiza a distribuição de kits para a capacitação de AIS e AISAN na região de Umutina**. Paraopeba, MG, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://fundacaosvposs.com.br/noticias/dsei-cuiaba-realiza-a-distribuicao-de-kits-para-a-capacitacao-de-ais-e-aisan-na-regiao-de-umutina>. Acesso em: 05 maio 2023.
- LANGDON, E. J. *et al.* A participação dos agentes indígenas de saúde nos serviços de atenção à saúde: a experiência em Santa Catarina, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 2637–2646, 2006.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania (SETESCC). **Comunidades Indígenas**. Campo Grande, MS: SETESCC, 2023. Disponível em: <https://www.setescc.ms.gov.br/comunidades-indigenas-2/> Acesso em: 05 maio 2023.
- MONTEIRO, C. G. *et al.* Programa de qualificação dos agentes indígenas de saúde (ais) e agentes indígenas de saneamento (AISAN): Análise do processo educacional com espacialização de qualificação, no contexto Intercultural, na Fazenda Experimental da UFAM, no Amazonas. **Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia**, Manaus, AM, v. 23, n. 17, p. 1-27, 2020.
- MOREL, C. *et al.* Escolarização de agentes indígenas de saúde e de saneamento: uma experiência de educação de jovens e adultos em aldeias guarani. **Movimento-revista de educação**, [s. l.], n. 12, 18 dez. 2013.
- NAKATA, L. C. *et al.* Conceito de rede de atenção à saúde e suas características-chave: uma revisão de escopo. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. e20190154, 2020.

---

**Conflito de Interesse:** Os autores declaram não haver conflito de interesse.

RECEBIDO: 14/06/2023

ACEITO: 08/11/2023